

TERMO DE REFERÊNCIA 004/2026 – SESPORTE

SRVIÇO DE BUFFET PARA O PROJETO ESPORTE EM 3 TEMPOS

NUP 42001.000036/2026-71

JANEIRO/2026

1. UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA DO ESPORTE DO ESTADO DO CEARÁ- SESPORTE/CE.

2. DO OBJETO: Fornecimento do Serviço de Alimentação, referente ao Esporte em 3 Tempos. Esse serviço será realizado na Capacitação Geral do Projeto, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

2.1. Este objeto será realizado através de COTAÇÃO ELETRÔNICA, com a forma de fornecimento integral.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

GRUPO ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QNTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	COFFE BREAK: O serviço deverá contemplar, no mínimo: Salgadinhos Variados; Pães variados; Presunto e queijo fatiados; Ovos mexidos; Carne moída; Pão de queijo; Bolos variados, fofos, com e sem cobertura; Cuscuz; Mini tapiocas; Salada de frutas frescas (laranja, maçã, mamão, banana e melão), com leite condensado à parte; Café; Leite quente; Achocolatado; logurte, servidos em garrafas térmicas e/ou jarras adequadas; Sucos naturais preparados a partir de polpa de fruta, sendo ofertados no mínimo dois sabores, dentre: maracujá, goiaba, manga, acerola e/ou caju, servidos gelados; Disponibilização de garrações de água mineral gelada durante todo o período do serviço. Incluindo todo pessoal e material necessário para o serviço.	UND	720	R\$ 28,00	R\$ 20.160,00
2.	ALMOÇO: O serviço deverá contemplar, no mínimo: Arroz; Feijão; Macarrão; Farofa tradicional ou farofa de cuscuz; Saladas de folhas (alface, acelga e espinafre); Saladas cozidas (batata, cenoura e beterraba); No mínimo três opções de pratos proteicos, escolhidas dentre: Estrogonofe de carne; Estrogonofe de frango; Picadinho de carne; Bife ao molho; Assado de panela; Peito de frango grelhado; Carne de sol desfiada; Dois tipos de sucos naturais de polpa (maracujá, goiaba, manga, acerola e/ou caju); Refrigerantes; Sobremesas, com oferta mínima de	UND	720	R\$ 31,00	R\$ 22.320,00



CEARÁ

GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO ESPORTE

	uma opção, dentre: Mousse de limão e/ou maracujá; Pudim; Paçoquita e/ou doce de goiaba ou banana individual industrializado; Brigadeiro ou beijinho (tamanho médio); Brownie; Disponibilização de garrações de água mineral gelada durante todo o serviço. <u>Incluindo todo pessoal e material necessário para o serviço.</u>				
3.	JANTAR: O serviço deverá contemplar, no mínimo: Macarronada com molhos variados (bolonhesa, molho branco e outros); Ovos cozidos de galinha e de codorna; No mínimo três opções de pratos proteicos, escolhidas dentre: Estrogonofe de carne; Estrogonofe de frango; Picadinho de carne; Bife ao molho; Assado de panela; Peito de frango grelhado; Queijo ralado; Dois tipos de sucos naturais de polpa (maracujá, goiaba, manga, acerola e/ou caju); Refrigerantes; Sobremesas, com oferta mínima de uma opção, dentre: Mousse de limão e/ou maracujá; Pudim; Paçoquita e/ou doce de goiaba ou banana individual industrializado; Brigadeiro ou beijinho (tamanho médio); Brownie; Disponibilização de garrações de água mineral gelada durante todo o serviço. <u>Incluindo todo pessoal e material necessário para o serviço.</u>	UND	720	R\$ 25,00	R\$ 18.000,00
TOTAL					R\$ 60.480,00

Obs: Havendo divergências entre as especificações deste anexo e as do sistema, prevalecerão as deste anexo.

3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Estadual nº 34.450/2021.

3.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns nos termos do inciso XIII do art. 6º c/c o art. 20 ambos da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O Serviço será através de Cotação Eletrônica, considerando a inexistência de ata de registro de preços (interna) vigente até a presente data.

4.2. O projeto Esporte em 3 tempos promove a difusão do esporte nos municípios do Ceará, por meio da democratização e garantia de acesso, como estímulo à convivência social, à formação da cidadania, com qualidade de vida e à socialização do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

4.2.1. A contratação de serviço de alimentação para os profissionais envolvidos na capacitação geral do Projeto Esporte em 3 Tempos, prevista para ocorrer no início de

2026, é fundamental para garantir a qualidade e a eficiência do evento. Este projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva, exigindo uma preparação técnica e pedagógica adequada dos profissionais envolvidos.

4.2.2. Este projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva, exigindo uma preparação técnica e pedagógica adequada dos profissionais envolvidos. Durante a capacitação, os profissionais serão submetidos a uma programação intensa, com diversas atividades teóricas e práticas, o que demanda um suporte nutricional adequado.

4.2.3. A oferta de alimentação no local proporciona benefícios diretos e indiretos ao sucesso do evento:

Manutenção da Energia e Concentração: A alimentação adequada é essencial para manter os níveis de energia e a concentração dos participantes ao longo de todo o período de capacitação. Isso impacta diretamente a qualidade do aprendizado e da absorção de conteúdos, favorecendo a retenção de informações e a prática eficaz das atividades.

Otimização do Tempo e Logística: Oferecer refeições no local elimina a necessidade de deslocamentos durante os intervalos, otimizando o tempo e garantindo que todos os profissionais possam participar integralmente das atividades programadas. Isso contribui para o cumprimento do cronograma e maximiza o aproveitamento do conteúdo.

Promoção de Bem-Estar e Saúde: Garantir refeições balanceadas e de qualidade contribui para o bem-estar dos profissionais, reduzindo o risco de indisposição ou cansaço decorrente de uma alimentação inadequada. A saúde dos participantes é uma prioridade, e refeições planejadas são essenciais para esse cuidado.

Criação de Ambiente de Convivência: A alimentação coletiva favorece a interação e integração entre os profissionais, o que é crucial para a criação de uma rede colaborativa e para o fortalecimento do espírito de equipe. Esses momentos são importantes para a troca de experiências e para o desenvolvimento de sinergias entre os participantes.

Prevenção de Intercorrências: A organização de um serviço de alimentação adequado também reduz o risco de atrasos e imprevistos relacionados à falta de opções alimentares acessíveis no entorno do local da capacitação, garantindo que todos tenham acesso a refeições no tempo e nas condições adequadas.

4.3. Portanto, a contratação de serviço de alimentação qualificado para o período de capacitação se apresenta como uma medida necessária para assegurar o bem-estar, o desempenho e a eficiência dos profissionais do Projeto Esporte em 3 Tempos.

4.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações anual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DA ENTREGA DO OBJETO:

5.1. O prazo de entrega do objeto contratual é de 2 (DOIS) dias contado do recebimento da ordem de fornecimento ou instrumento equivalente.

5.2. Condições de Entrega:

5.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas neste instrumento, no prazo de 02 (dois) dias, a contar do recebimento de cada ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, endereço e data a serem definidos posteriormente.

5.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2.2.1. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados e aceitos pelo contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. O instrumento equivalente de contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. A execução contratual deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, nos termos do *caput* do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

6.5. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.5.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução contratual, determinando prazo para a correção.

6.5.2 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução contratual na data aprazada, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.5.3. O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término do instrumento equivalente de contrato sob sua responsabilidade.

6.6. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.7. O gestor do contrato acompanhará o registro realizado pelo fiscal do contrato, de ocorrências relacionadas a contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do instrumento equivalente de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste termo e na proposta, nos termos do art. 140, II, "a" da Lei nº 14.133/2021.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de

forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens objeto da contratação, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.3. Prazo do pagamento:

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.4. Da Forma de pagamento:

7.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. Da Antecipação de Pagamento:

7.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo;

8.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a entrega do bem contratado e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

8.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste termo;

8.7. Aplicar as sanções previstas na lei, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

8.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.8.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Entregar o objeto, quando for o caso, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.2. A empresa contratada deverá:

9.2.1. Executar os serviços conforme as especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.2.2. Fornecer todos os alimentos, bebidas, insumos, equipamentos, utensílios e materiais necessários à perfeita execução dos serviços;

9.2.3. Disponibilizar equipe operacional suficiente e capacitada, incluindo cozinheiros, auxiliares de cozinha, garçons e pessoal de apoio;

9.2.4. Designar responsável técnico devidamente habilitado, legalmente registrado em seu respectivo conselho profissional competente, quando aplicável, para o acompanhamento, supervisão e responsabilidade técnica dos serviços de alimentação, devendo este permanecer disponível durante toda a execução do contrato;

9.2.5. Garantir a presença de responsável operacional no local, com autonomia para solucionar intercorrências, prestar esclarecimentos à fiscalização e assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

9.2.6. Assegurar a reposição contínua e adequada dos alimentos e bebidas durante todo o

período do evento, evitando desabastecimento;

9.2.7. Cumprir rigorosamente as normas sanitárias vigentes, especialmente as estabelecidas pela ANVISA e pela Vigilância Sanitária competente, incluindo boas práticas de manipulação, acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos;

9.2.8. Utilizar insumos dentro do prazo de validade, armazenados e transportados em condições adequadas de higiene e segurança alimentar;

9.2.9. Manter os ambientes, equipamentos e utensílios utilizados devidamente higienizados antes, durante e após a execução dos serviços;

9.2.10. Responsabilizar-se pela montagem, organização, operação e desmontagem de toda a estrutura necessária ao serviço;

9.2.11. Atender prontamente às solicitações da fiscalização da CONTRATANTE, prestando informações e adotando as medidas corretivas eventualmente demandadas;

9.2.12. Responder integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes da execução dos serviços, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos.

10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo então, descredenciado no cadastro de fornecedores da Secretaria de planejamento e gestão – SEPLAG, do Estado do Ceará, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais;

10.2.4. Multa:

10.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do 30º (trigésimo) dia.

10.2.4.2. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante.

10.4. Todas as sanções previstas neste termo poderão ser aplicadas cumulativamente com

a multa.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.6.4. Os danos que dela provierem para o contratante;

10.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

10.8. A personalidade jurídica do contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10.9. O contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

10.11. Os débitos do contratado para com o contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

10.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes o contratado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.